



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA DEZESSEIS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSEIS (16-05-2016):

Às dezesseis horas e quinze minutos, do dia dezesseis de maio de dois mil e dezesseis, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo Vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas que contou com a presença dos demais Vereadores. Os Vereadores firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presença e tomaram seus assentos. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou ao Secretário que fizesse a **leitura da Ata da 15ª Reunião Ordinária**, realizada no dia nove de maio de dois mil e dezesseis. Após leitura, a ata foi colocada em **discussão e votação**. **Pela ordem, o vereador Geraldo Sales disse que repudiara a afirmação do médico, mencionada pelo vereador Bruno na última reunião, que caracterizou o hospital Monsenhor Horta de provinciano, pois a afirmação do profissional da saúde foi uma falta de respeito ao corpo técnico e aos demais servidores do hospital. Pela ordem, o vereador Edson reiterou que o valor repassado pela prefeitura ao hospital é mensal.** Após ressalva, a ata foi **aprovada por unanimidade**. O Presidente convidou para integrarem o Plenário os Ex-vereadores Romeu Miranda e José Antunes Vieira; o Secretário de Transporte, Marco Antônio Gonçalves; o Secretário de Governo, Edivaldo Andrade; o Procurador Geral do Município, José Celso dos Santos; o Secretário de Obras, Webert Luís dos Reis; a Secretária de Educação, Juliana Alves Ferreira; o Presidente da Comissão de Licitação, Marlon; Secretário de Planejamento, Danilo Brito; Secretário de Fazenda, José Carlos Sampaio; Secretário de Administração e Desenvolvimento Econômico, Hênio Ferreira e o Controlador do Município, Rodrigo Ferreira. **Leitura das Moções de Pesar:** pelo passamento do Sr. Francisco Esquárzio (autoria de todos os vereadores); pelo passamento da Srta. Drielly Rayane dos Santos França (autoria dos vereadores Antônio Marcos, Juliano Vasconcelos e Sebastião André); pelo passamento do Sr. Luís Gonzaga Pereira (autoria dos vereadores Edson Agostinho e Juliano Vasconcelos); pelo passamento do Sr. Sebastião de Oliveira (autoria do vereador Bruno Mól); pelo passamento do Sr. Wenderson José França (autoria do vereador Bruno Mól); pelo passamento da Sra. Maria Ferreira (autoria do vereador Marcelo Macedo). **Leitura dos Pareceres: Veto nº01/2016** (autoria do Prefeito Municipal) **ao Projeto de Lei nº11/2016** (autoria do vereador Geraldo Magela). O presidente colocou o veto em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Pedro César se posicionou contra o veto, já que o projeto de lei não alterará os nomes das ruas e nem contrariará a Lei 1.711/2002, apenas dá denominação oficial ao bairro Morro Santana. O veto seria dizer não à população, aos moradores que residem no bairro. Pela ordem, o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 • Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

vereador Geraldo disse que haverá momento oportuno para atender a comunidade e sugeriu aos representantes do executivo, Edivaldo Andrade e José Celso, que elaborem um projeto de lei, alterando até mesmo o Plano Diretor, pois não adianta dizer não ao veto e manter um projeto de lei com vícios de iniciativa. Pela ordem, o vereador Pedro César questionou valores de projetos de obras na época em que Geraldo Sales foi prefeito. Pela ordem, o vereador Geraldo Sales solicitou que Sr. Adenilson, Newton Godoy e o arquiteto responsável viessem à Câmara para esclarecer os valores gastos na época. Ainda pediu à Casa para que solicitasse os relatórios dos projetos da empresa Projeta. **Os vereadores Juliano, João Bosco, Sebastião André, Fernando, Cristiano, Adimar José, Geraldo, Edson votaram a favor do veto, já os vereadores Daniely Cristina, Bruno, Pedro César, Marcelo, Raimundo, José Jarbas votaram contra o veto.** De acordo com a votação, **o veto foi mantido. Substitutivo ao Projeto de Lei nº129/2016** (autoria dos vereadores Pedro César, Marcelo Macedo e Geraldo Sales). O presidente submeteu o projeto em **segunda e terceira votação e discussão, sendo aprovado por unanimidade. Substitutivo ao Projeto de Lei nº129/2016 em Redação Final** (autoria dos vereadores Pedro César, Marcelo Macedo e Geraldo Sales). O presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº55/2016 (autoria do vereador Jose Jarbas Ramos Filho).** O presidente colocou o requerimento **em única discussão e votação.** Pela ordem, o vereador Fernando pediu à bancada de situação (João Bosco, Sebastião, Fernando, Cristiano, Geraldo, Edson, Adimar, Juliano) para votar contra o requerimento. O requerimento **não foi aprovado. Requerimento nº56/2016 (autoria do vereador Jose Jarbas Ramos Filho).** O presidente colocou o requerimento **em única discussão e votação.** Pela ordem, o vereador Fernando pediu à bancada de situação para votar contra o requerimento. O requerimento **não foi aprovado.** O vereador Geraldo Sales disse que já houve uma audiência pública em que foram abordados os assuntos solicitados pelo vereador José Jarbas. Pela ordem, o vereador José Jarbas refez o requerimento solicitando somente respostas em plenário a respeito do posto policial em Cachoeira do Brumado. O presidente assinalou que foi dado quinze dias para se ter viaturas e a presença de policiais no distrito, porém ainda não será o posto policial definitivo, o qual demandará um prazo maior para sua instalação. Pela ordem, o vereador José Jarbas acrescentou ao seu pedido informações sobre a quantidade de guardas municipais que ficarão na comunidade permanentemente. Pela ordem, o vereador Geraldo Sales informou que ficou decidido na audiência que polícia em conjunto com a guarda municipal fariam rondas nos distritos e subdistritos para amenizar o problema de segurança. Conforme o Requerimento nº41/2016 (autoria dos vereadores Pedro César, José Jarbas e Daniely Cristina), o presidente convidou o Procurador do Município, José Celso, para fazer uso da



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

palavra. Com a palavra, o Procurador abordou o assunto Cooperativa afirmando que foi dada ordem de serviço à cooperativa contratada, COOPERTUR, no dia vinte oito de março, porém no dia vinte e nove o serviço não foi efetivado pela empresa mesmo sendo previamente alertada de que eram serviços importantes do município. A cooperativa foi notificada, porém não efetuou o serviço até o dia quatro de abril, prejudicando mais de mil e setecentos alunos sem aula e professores, além dos doentes. Assim sendo, depois de a cooperativa ser notificada, o procurador, juridicamente, afirmou que está tentando colocar fim na questão para que esses prejuízos não ocorressem mais. A vereadora Daniely disse que a justificativa do procurador não condiz com as atitudes tomadas pela prefeitura de Mariana. O vereador Pedro César contestou as falas do procurador e acrescentou que a cooperativa tinha prazo de cinco dias uteis para se apresentar a partir da data da ordem de serviço e que isso foi a mesma opinião da juíza Marcela. O procurador José Celso explicou de acordo com o edital os prazos de prestação do serviço e justificou que a ruptura do contrato com a cooperativa foi em razão de a empresa não rodar entre o dia vinte e nove e quatro de abril. O vereador Pedro César perguntou ao procurador o motivo da rescisão de contrato com a Minas Brasil. O procurador disse que houve denúncias de que a cooperativa não estava recolhendo os impostos de maneira legal, foi aberto um procedimento administrativo constatando que a denúncia era verdadeira e acrescentou que não concorda com o sistema de cooperativa proposta de modo em geral, não são bem cooperativas, não há divisão de lucros e despesas, é uma forma de burlar a lei e pagar menos imposto com isso, é contratar pessoas por um preço menor. Segue dizendo que a prefeitura obedeceu a decisão da juíza e concedeu os prazos para a cooperativa apresentar os documentos e se estiverem corretos, a ordem de serviço será dada. O vereador Pedro César criticou os procedimentos de vistoria dos veículos. O procurador explicou o problema ocorrido no dia. O vereador Edson perguntou ao procurador se tem como exigir da cooperativa, por lei, a divisão de lucros entre os cooperados. José Celso explicou que é preciso consultar o Tribunal de Contas do Estado. A vereadora Daniely assinalou que o contato do cooperado com a cooperativa é intermediado pela prefeitura, o cooperado não poderia ser dispensado por um funcionário público. O vereador Pedro César questionou o porquê de veículos estarem ilegais para a atual cooperativa e não para a antiga, sendo que são 80% as mesmas pessoas. O procurador esclareceu que foi dado prazo de dois dias para os veículos se regularizarem. O vereador José Jarbas se posicionou contra o sistema atual das cooperativas, uma forma errada de contratação de pessoal e questionou a urgência de prazos restritos, mesmo sendo praticamente os mesmos cooperados. O procurador José Celso esclareceu que os editais não são iguais, eles fazem leis entre as partes. O vereador Geraldo recomendou aos cooperados que busquem



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

seus direitos na justiça e questionou a razão de se buscar uma cooperativa de fora. O vereador Marcelo perguntou qual é o nome da cooperativa, prestadora de serviço atualmente, e quem assinou a dispensa de licitação para contratá-la. O procurador disse que era COOPERTRA e que a dispensa foi assinada por ele. O vereador Pedro César pediu esclarecimento do procurador a respeito da matéria do jornal Ponto Final. O procurador disse que responderia o vereador no momento oportuno. O presidente agradeceu a presença do procurador. Adiante, o vereador Geraldo pediu ao Secretário de Obras e de Administração os contratos e os projetos do Centro Olímpico, do Centro de Convenções, do Centro de Especialidades Médicas e do contrato e pagamentos com a empresa Stock. Aproveitando, o vereador Pedro César pediu informações se há alguma dívida do município para com o arquiteto Gustavo Pena, desde a construção do Arena Eventos. O vereador Geraldo Sales pediu ao Webert para contatar Gustavo Pena, se poderia vir à Casa ou enviar um relatório detalhado de seus trabalhos contratados pela prefeitura, se houve algum pedido de propina no ano de 2011. Atendendo ao requerimento do vereador José Jarbas, o presidente convidou o Secretário de Planejamento, Danilo Brito, para fazer uso da palavra. Com a palavra, o Secretário Hênio, esclareceu que a Transcotta pediu reajuste de 27% ao município baseando-se na lei 8666/90. O Controlador Rodrigo explicou que a empresa pediu o direito do reequilíbrio econômico financeiro que todo fornecedor tem. Diante da análise da Controladoria, houve reajuste de 12,5%. O vereador José Jarbas ressaltou que a mesma preocupação que o município teve com o reajuste do transporte, ele não teve com o reajuste salarial dos funcionários públicos. Em relação aos cortes, o vereador perguntou a quantidade de cortes de cargos feitos na administração atual. A vereadora Daniely reclamou que o Portal de Transparência não permitia o acesso à folha de pagamento e perguntou se está havendo manutenção no site. O vereador Fernando disse que conseguiu acessá-la. O vereador Marcelo disse que as informações devem estar no sistema por lei. O secretário Danilo disse que será feito um ofício à empresa, responsável pelo sistema. Em relação à redução de pessoal, o município deverá fazê-la se a receita orçamentária não se concretizar. Mediante a isso, foi preciso fazer diversos reajustes. O secretário disse que o impacto de cinco por cento do reajuste será de 7,2 milhões em 2016 e o do vale alimentação será de 1 milhão. Assim, com toda a dificuldade, o município conseguiu realizar o reajuste. O vereador José Jarbas ressaltou que há um excesso de cargo de confiança e que com a dificuldade financeira do município não se pode manter essa estrutura e perguntou quantos cargos estão livres. Adiante, o vereador criticou a forma de contratação por cooperativa, o que acaba levando muitos recursos do município, e que seria interessante fazer a contratação diretamente. O vereador Fernando assinalou que se deve pensar nos pais de família que poderão ficar desempregados na situação



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

atual da cidade. O Secretário Danilo disse que não é simplesmente fazer cortes de pessoal e que desde o início do atual governo tem feito cortes e que deverá ser feito muito mais. O Secretário informou que ano passado a despesa municipal era de 24 milhões e a deste ano está em torno de 21,5 milhões. Alguns investimentos não poderão continuar por falta de recursos. Em relação à coleta de lixo, no ano de 2012 foram 3,1 milhões, em 2013 (5,9 milhões); em 2014 (6,5 milhões); em 2015 (7,4 milhões); em 2016 até o momento (1,6 milhões). Não tem como fazer comparações dos contratos, dentre eles há diferenças de ofertas de serviço. Hoje paga-se 500 mil ao mês e ofertando muito mais serviços. O vereador Geraldo pediu ao secretário que enviasse os dados de 2011. O vereador José Jarbas pediu comparativo entre o ano de 2011 (quando se fazia a contratação diretamente) e o momento atual, em relação à Secretaria de Educação. O vereador Geraldo disse que Mariana passará por momentos mais difíceis, cortes deverão ser feitos também na Câmara. Quanto aos valores gastos com a cooperativa, Danilo disse que em 2012 foram 11,7 milhões; em 2013 (26 milhões); em 2014 (35 milhões); em 2015 (24 milhões); em 2016 está com média mensal de 1,5 milhões. O vereador Pedro César disse que era importante verificar as planilhas de serviços prestados mês a mês. O vereador José Jarbas assinalou que deve ser observado se há a necessidade do número de veículos contratados. O vereador Geraldo ressaltou que com o rompimento da barragem a demanda aumentou em todos os departamentos. O vereador José Jarbas perguntou quantos cargos há em aberto na prefeitura. O secretário disse que entregaria a relação no dia seguinte e continuou a informar as receitas e as despesas desde o início do ano acrescentando que de junho para frente não haverá receitas diversas. Danilo disse que a despesa fixa da prefeitura é de 16,5 milhões, já as despesas fixas variáveis é no valor de 4,4 milhões, enquanto as despesas de investimentos são de 600 mil reais, e por fim as despesas de variáveis diversas não tem como mensurar. As despesas totais estão em torno de 22 milhões. Adiante, o secretário reiterou de que é preciso fazer cortes na Câmara o mais rápido possível. O presidente ressaltou que os cortes na Casa virão. O secretário disse que não tem como escolher quem vai participar do processo licitatório para contratar uma cooperativa e acrescentou que os valores pagos dentro da cooperativa são valores abaixo do mercado, próximos da administração do ex-prefeito Roberto, no ano de 2012, que trouxe o sistema de cooperativa para a cidade. O vereador Geraldo perguntou ao Danilo se tem como utilizar a lei da microempresa para se contratar uma cooperativa local. O secretário afirmou que no caso de contratação de cooperativa, a licitação é feita por lote, não por item e acrescentou que para ser considerada microempresa deve-se haver faturamento anual de até 3,6 milhões. O vereador Pedro César disse que há reclamações de falta de cestas básicas, medicamentos, fraldas. É preciso repensar os critérios de distribuição. O procurador José Celso disse que é preciso



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

uma forma mais lucrativa de se fazer a contratação e deixou claro que a licitação é aberta a empresas e as cooperativas viram nisso uma forma de competir também, dominando o negócio através do menor preço. É preciso conjugar esforços para combater, se for o caso, as cooperativas e realizar a contratação dentro da lei 8.666. O vereador José Jarbas disse que contratação por lote restringe as pessoas de participarem, isso é uma forma perniciosa de gerenciar a cidade. O vereador Pedro criticou o fechamento da praça Minas Gerais para a realização do evento de 16 de julho impedindo a população de participarem. O vereador disse que isso não pode acontecer novamente e, caso aconteça, não se fará presente. O vereador Fernando sugeriu que fosse enviado um ofício ao deputado Tiago para ajudar na questão. Em seguida, o vereador Pedro César anunciou que em reunião interna com responsáveis pela iluminação pública foi informado que haverá em breve um posto na cidade com funcionários para atender as reclamações da população. Ainda, o vereador solicitou ao executivo que reveja a questão de sortear os apartamentos populares. O vereador Cristiano disse que a Assistência Social sugeriu à Secretaria de Desenvolvimento Social a não realizar o sorteio, pois não seria justo. Assim, a secretaria já acatou a sugestão em acordo com o Ministério Público. Adiante, vereadores agradeceram a presença dos secretários e do procurador do município. O vereador Bruno chamou atenção para a falta de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) no país e questionou o porquê de Mariana já não ter uma, tendo em vista que há condições de se ter uma. É preciso tratar a saúde como prioridade, muitas vidas têm se perdido. O vereador Geraldo disse que o município não tem como arcar com a manutenção da unidade. O presidente disse que oficiará o governo estadual e federal para pedir apoio na questão. **Palavra Livre.** Nada mais havendo, o Presidente declarou encerrada a Sessão às vinte e uma horas e trinta e dois minutos. E, para constar, lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.